

SUMÁRIO

PREFÁCIO	17
NOTA À 3ª EDIÇÃO	19
1. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUIÇÃO	21
1.1. A unidade constitucional do direito administrativo	26
1.2. Direito administrativo disciplinar e Constituição.....	32
1.2.1. Direito administrativo disciplinar substantivo e processual	35
2. PROCESSO E PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	39
2.1. Processo ou Procedimento? Análise das diversas posições doutrinárias	39
2.1.1. Eduardo J. Couture.....	39
2.1.2. Jorge Clariá Olmedo	40
2.1.3. Gustavo Bacacorso.....	41
2.1.4. Juan Carlos Cassagne.	41
2.1.5. Roberto Dromi.....	42
2.1.6. Carlos Ari Sundfeld	42
2.1.7. Alberto Xavier.....	43
2.1.8. Marcello Caetano	43
2.1.9. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho	43
2.1.10. Sérgio de Andréa Ferreira	44
2.1.11. Elio Fazzalari e a doutrina brasileira	45
2.1.12. Considerações sobre as diferentes posições – a posição do autor.....	46
2.1.13. Consequências para a noção de processo administrativo.....	50
2.2. Configuração constitucional do processo administrativo	58
2.2.1. O processo administrativo como garantia fundamental.....	61
2.2.2. Garantia fundamental de meios e de resultados: o contraditório e a ampla defesa.....	65

2.2.3. Litigantes e acusados no processo administrativo.....	69
2.3. Configuração constitucional do processo administrativo disciplinar.....	76
2.3.1. Principais decorrências do conceito constitucional de processo e procedimento administrativo disciplinar.....	82
2.3.1.1. Determinação da competência legislativa	82
2.3.1.2. Redefinição da verdade sabida, sindicância e processo disciplinar	94
2.3.1.3. Discussão da sindicância como processo sumário, procedimento sumário ou meio sumário.....	101
2.3.1.4. Revisão da abrangência constitucional da estabilidade.....	110
2.3.2. Abrangência subjetiva adotada no estudo do processo administrativo disciplinar	119
3. PROCESSO, PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	125
3.1. Estado de direito e formalização do agir administrativo.....	125
3.2. O democrático do estado de direito	129
3.2.1. Democracia versus autocracia.....	129
3.2.2. Processo e procedimento administrativo como instrumentos juspolíticos do estado democrático de direito	133
4. PROCESSO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	143
4.1. Distinção entre princípios gerais e princípios constitucionais.....	143
4.2. Perspectiva de compreensão do processo pela ótica dos princípios constitucionais.....	145
4.3. Especialidade das normas constitucionais principiológicas.....	147
4.3.1. Normatividade dos princípios constitucionais	150
4.3.2. Características funcionais dos princípios constitucionais	152
4.4. Princípios constitucionais processuais.....	154
4.5. Princípios constitucionais especiais da administração pública	157
4.6. Limites e possibilidades dos princípios constitucionais	157
5. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APLICADOS AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	161
5.1. Princípio da legalidade.....	161
5.1.1. Relação de legalidade: legalidade-juridicidade ou legalidade formal .	162
5.1.2. Legalidade e discricionariedade	167
5.1.3. Processo administrativo disciplinar e legalidade.....	174
5.1.3.1. Princípio da tipicidade	177

5.1.3.2. Princípio do formalismo moderado.....	184
5.1.3.3. Princípio da oficialidade.....	190
5.2. Princípio da impessoalidade.....	192
5.2.1. Processo administrativo disciplinar e impessoalidade.....	194
5.3. Princípio da moralidade.....	195
5.3.1. Processo administrativo disciplinar e moralidade: exigência de regras processuais de lealdade e boa-fé.....	198
5.3.2. Processo administrativo disciplinar e moralidade: o princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas.....	201
5.4. Princípio da publicidade.....	205
5.4.1. Processo administrativo disciplinar e informação dos atos processuais: certidão, vista e intimação.....	209
5.4.2. Processo administrativo disciplinar e princípio da motivação dos atos processuais.....	213
5.5. Princípio da eficiência.....	218
5.5.1. Princípio da eficiência e processo administrativo disciplinar.....	223
6. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	225
6.1. O devido processo legal.....	225
6.2. Elementos para a pré-compreensão do princípio do contraditório.....	231
6.2.1. Estrutura lógica e prática do contraditório.....	232
6.2.2. Contraditório e processo inquisitório.....	236
6.3. Caracterização do contraditório no processo administrativo disciplinar.....	239
6.3.1. administração e servidor como sujeitos processuais.....	239
6.3.2. Equilíbrio entre os sujeitos processuais.....	243
6.3.3. Efetividade do contraditório.....	245
6.4. CONTRADITÓRIO E FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	247
6.4.1. Fase de constituição.....	248
6.4.1.1. Motivação suficiente do ato de instauração do processo administrativo disciplinar.....	251
6.4.1.2. Citação oportuna.....	258
6.4.1.3. Citação adequada: devida publicidade e concessão de tempo razoável para intervir no processo.....	264
6.4.2. Fase de instrução.....	268
6.4.2.1. Fase probatória.....	270

6.4.2.1.1. Sistemas da <i>common law</i> e da <i>civil law</i> sob o enfoque da relação entre contraditório e defesa	273
6.4.2.1.2. A administração como acusador e juiz da prova e o sistema da <i>civil law</i>	275
6.4.2.1.3. A verdade material e o sistema da <i>civil law</i>	283
6.4.2.2. Fase de defesa	288
6.4.2.3. Fase do relatório ou das alegações finais	289
6.4.3. Fase de julgamento	291
6.4.3.1. Garantias para o controle da realização da finalidade do contraditório: motivação e comunicação da decisão final	291
6.4.3.2. Direito de audiência do servidor acusado: garantia inerente à ampla defesa inserida no julgamento contraditório	295
7. PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	297
7.1. A Constituição de 1988 e a ampla defesa	297
7.2. Desdobramentos da ampla defesa: perspectivas para a compreensão do princípio no processo administrativo disciplinar	304
7.2.1. O caráter prévio da defesa e o contraditório	306
7.2.2. O dever de individualização das condutas no ato de instauração do processo	307
7.2.3. Ampla defesa: direito à autodefesa e à defesa técnica	312
7.2.3.1. Defesa técnica como exigência da ampla defesa: a inconstitucionalidade da Súmula Vinculante n. 5 do STF	314
7.2.4. Direito à prova: meio inerente à ampla defesa	341
7.2.5. Direito de petição como recurso inerente à ampla defesa e a questão da <i>reformatio in pejus</i>	347
8. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	353
8.1. Origens históricas	353
8.2. Constitucionalização e internacionalização do princípio no cenário da reconstrução dos direitos humanos	357
8.3. Consagração normativa no direito brasileiro e relação com os demais princípios constitucionais	365
8.4. Conteúdo jurídico e desdobramentos: princípio da presunção de inocência no processo administrativo disciplinar	371
8.4.1. Aplicação endoprocessual	372
8.4.1.1. Fase de constituição: sindicância, verdade sabida e processo administrativo disciplinar	372

8.4.1.2. Fase de instrução: afastamento preventivo do servidor durante o processo	375
8.4.1.3. Fase de julgamento: o ônus da prova e o <i>in dubio pro reo</i> ..	377
8.4.1.4. Fase de julgamento: a reserva de jurisdição e o devido processo legal	380
8.4.1.4.1. Acusação simultânea em processo penal e processo administrativo disciplinar	380
8.4.1.4.2. Condenação em processo criminal e o dever de “manter conduta compatível com a moralidade administrativa”	384
8.4.2. Aplicação extraprocessual: tratamento como inocente e sigilo quanto à condição de acusado	387
9. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	391
9.1. Concepção geral do princípio do juiz natural	391
9.2. O princípio do juiz natural no processo administrativo disciplinar como meio e recurso inerente à ampla defesa	401
9.3. Consequências da aplicação do princípio do juiz natural no processo administrativo disciplinar	407
9.3.1. Consequências quanto ao plano da abrangência funcional	407
9.3.1.1. Linhas gerais do sistema de competências do “processo disciplinar”	408
9.3.1.2. Linhas gerais do sistema de competências na “sindicância” ..	412
9.3.2. Consequências quanto ao plano da fonte	414
9.3.3. Consequências quanto ao plano da referência temporal	418
9.3.4. Consequências quanto ao plano da imparcialidade	420
9.3.4.1. A exigência de garantias funcionais	420
9.3.4.2. A exigência do regime de impedimentos e suspeições	426
9.3.5. Consequências quanto ao plano da ordem taxativa de competência ..	437
9.3.6. Confronto entre princípio do juiz natural no processo administrativo e princípio da impessoalidade administrativa	441
9.3.7. Novos rumos da competência disciplinar nos quadrantes do princípio do juiz natural	446
10. PRINCÍPIO DA PRESCRITIBILIDADE DA PRETENSÃO PUNITIVA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	451
10.1. Celso Antônio Bandeira de Mello; prazo decadencial para o exercício da pretensão administrativa punitiva	456

10.2. Interrupção do prazo prescricional	457
10.3. A Lei n. 9.873/99 e o processo administrativo disciplinar	461
10.4. Efeito jurídico da incidência da prescrição no processo administrativo disciplinar	465
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	467